

REDAÇÕES NO VESTIBULAR: PROVAS DE ARGUMENTAÇÃO *

HAQUIRA OSAKABE **

1. INTRODUÇÃO

1.1. Escolha do Tema

A fixação da linguagem pela escrita evidencia certos tipos de problemas, que a situação de produção de textos orais ajuda a contornar. A escrita não é a reprodução de um texto oral, mas sim uma modalidade de manifestação da linguagem, que tem condicionamentos próprios. Produzida para um destinatário impossibilitado de captar variáveis situacionais, diretamente ligadas aos textos produzidos, essa modalidade é mais exigente em termos do esforço que deve ter o locutor (destinador) no momento em que redige. Esse esforço se explica pela necessidade de que o texto seja compreendido pelo destinatário no sentido o mais próximo possível daquele que foi criado pelo locutor.

É dentro desse tipo de esforço que se pode situar o fenômeno da argumentação, embora esta se revele também nas manifestações orais. Trata-se de um mecanismo de linguagem claramente discursivo, destinado a 'persuadir' ou 'convencer' o destinatário¹. Trata-se, portanto, de um mecanismo ativado com um fim prático: o de provocar a adesão do ouvinte para a posição do destinador. Colocada dessa forma, a argumentação poderia se valer dos mais variados meios. Inclusive de meios não lingüísticos. É o que Aristóteles chama de provas extratécnicas. No entanto, tratando-se de um texto escrito, esses meios são de propriedade da linguagem. O sujeito deve, nesse caso, utilizar-se de meios que a própria linguagem lhe oferece e deve atentar para o uso adequado desses meios para a obtenção de seus fins. Nessa perspectiva, «argumentar» significa a utilização de meios de linguagem suficientes e adequados para o

êxito dos intentos do locutor. A utilização de um raciocínio frouxo tal como se observa na seqüência:

«O homem não pode ser uma ilha: pois seu modo de pensar está a vagar pelo universo este em que se recorda de várias pessoas... ou ainda não pensa tem a capacidade de ver o que se passa ao seu redor». (27)

não corresponde, na correlação entre intenções e resultados, a uma elaboração discursiva feliz. Dificilmente se conseguiria um resultado satisfatório em termos de convencer ou persuadir o ouvinte. Da mesma forma uma seqüência lingüística do tipo:

«E comparando um Homem a uma ilha a gente nota se o homem for destruindo cada vez mais a Natureza, chegará um tempo que o homem destrui toda Natureza, aquele que alguns anos atrás era verde». (36)

dificilmente teria êxito dada a incompatibilidade entre os argumentos.

Como se pode observar, mesmo que não se entre numa análise rigorosa e refinada dos procedimentos analíticos utilizados num texto, é possível flagrar no plano de argumentação alguns problemas que podem justificar a «infelicidade» do texto. Isso, no entanto, não significa de modo algum que a argumentação seja a única ou a privilegiada das áreas de manifestação de problemas textuais. Simplesmente, trata-se de um dos domínios que, uma vez negligenciados, passa a reter em si mesmo a chave para o desvendamento de problemas, que não se revelam diretamente na cadeia puramente sintática, nem na morfologia nem noutros níveis mais explícitos da formulação lingüística. É o que se pode observar, à título exemplificativo, numa seqüência como a que segue:

«O Homem-ilha não existe, porque o homem nunca viveu, não vive nem poderá viver isolado, pois o homem é um ser social». (9)

Aparentemente trata-se de uma seqüência correta. No entanto, qualquer leitor adulto desse mesmo texto acrescentaria em seu comentário observações em torno da fragilidade do raciocínio, de sua falta de originalidade, ou mesmo da ausência de conteúdo de tal passagem. O problema, como veremos mais adiante, só pode ser aquilatado numa dimensão mais vasta

* Pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas.

** Instituto de Estudos da Linguagem. Departamento de Lingüística. UNICAMP.

1 Aceita-se aqui a divisão clássica entre esses dois feitos de adesão entendendo-se a persuasão como efeito de ação não verbal, e ao mesmo tempo emotiva, e a convicção como efeito de adesão do intelecto.

que a do próprio texto, mas que lhe é subjacente. Uma simples análise do texto, individualmente, em pouco ajudaria para fornecer os parâmetros da crítica que lhe é feita.

1.2. Objetivos

O objetivo da presente pesquisa é de iniciar uma investigação de problemas ligados à argumentação em trabalhos de redação escolar. Isso significa que se trata aqui de formular orientações preliminares no sentido de incentivar outros trabalhos nesse domínio específico da produção textual. Para tanto, e com o fim particular de uma delimitação de problemas considerados relevantes nesse campo, é fundamental uma explicitação da trajetória bibliográfica que está na base desse tipo de preocupação.

1.3. Hipóteses

Uma leitura preliminar das redações permitiu que se localizassem ao nível das provas de argumentação alguns problemas bastante reveladores do comportamento geral dos sujeitos em sua produção textual. É isso que justifica a escolha desse problema específico como tema central da pesquisa. Ficam, assim, determinados seus limites gerais: a argumentação como fenômeno textual e as provas da argumentação como domínio desse fenômeno, em que a pertinência e a propriedade do encadeamento do texto se manifestam de maneira mais aguda.

A hipótese inicial da pesquisa foi levantada não só a partir dessa mesma leitura preliminar das redações, mas também a partir de reflexões anteriores ligadas à preocupação em correlacionar procedimentos textuais com os efeitos que o destinador pretende obter no destinatário.

Uma dissertação (mesmo que escolar) constitui um tipo de texto em cuja elaboração entram em jogo além da imagem que o sujeito faz de seu destinatário, a situação de produção e o efeito que o sujeito visa a produzir sobre seu destinatário. A obtenção desse efeito se faz por uma série de adequações, como adequação em relação ao tipo de destinatário, à situação de produção e aos fins que se pretendem atingir. Assim, ao assumir a tarefa de «expor sobre um tema», o vestibulando, além de pretender convencer o interlocutor imaginário sobre seu conhecimento de língua, procura, nos limites de seu alcance, convencer esse mesmo interlocutor, a respeito de sua tese sobre o tema. Para tanto utiliza-se da argumentação, que considera (ou que é levado a considerar) como a mais correta e a mais convincente e se vale de provas que julga as mais eficazes. Assim, embora o desempenho lingüístico do vestibulando seja até certo ponto aceitável, é de se supor que se flagrem,

no plano geral da argumentação e no plano específico das provas de que se vale, certos impasses resultantes de problemas nas adequações enumeradas acima. Isso significa que seu desempenho dissertativo implica um bom desempenho argumentativo.

1.4. Revisão de Conceitos

1.4.1. Argumentação e Dissertação

A questão da argumentação teve seu lugar privilegiado de discussão no domínio da Retórica e ligou-se, em suas origens, à oratória. No entanto, das origens até hoje, pode-se afirmar que houve uma dilatação do domínio empírico da argumentação. O projeto de Ch. Perelman (1970) redefiniu, de maneira convincente, esse domínio numa discussão que interessa sobretudo àqueles que direta ou indiretamente trabalham com problemas ligados à produção textual. Para a Retórica antiga (toma-se aqui como parâmetro a obra de Aristóteles, 1967), a argumentação se situa basicamente nos discursos jurídicos, parlamentares, e comemorativos. Para Perelman existem outras manifestações de linguagem, em que esse fenômeno ocorre necessariamente. O texto filosófico, o texto científico, são lugares onde importa essa preocupação de provocar a adesão do ouvinte: neles a utilização adequada de meios adequados a esse fim é tão relevante quanto nos gêneros oratórios. Por extensão, pode-se entender que qualquer texto que envolve esse tipo de preocupação implica um mínimo de utilização de meios de argumentação. E se se entender que um dos treinos em redação escolar visa ao êxito que o destinador deve ter no destinatário, entende-se que o educador deva atentar para esse tipo de problema. Assim, a dissertação escolar constitui um treino para a produção de um tipo de realidade textual e para a incorporação de atitudes que permitam ao aluno saber, em primeiro lugar, cernir o tipo de problema sobre o qual deve dissertar: cernir o raciocínio que lhe parece mais acertado; comprovar esse raciocínio de maneira convincente, no sentido não apenas de cumprir a tarefa de redigir, mas sim, de provocar no seu destinatário as disponibilidades para seu próprio posicionamento.

1.4.2. Provas da Argumentação

Estamos aqui no domínio específico daquilo que Aristóteles (1967) chamou domínio das provas, utilizadas na argumentação. Segundo Aristóteles, dispõe-se de dois tipos de provas: a prova lógica e a prova subjetiva (ou prova moral). Dentre as provas lógicas, Aristóteles destaca o entimema e o exemplo. Entende-se por entimema um raciocínio semelhante ao silogismo em lógica e tem como forma padrão um encadeamento do tipo:

A é verdadeiro para todo B.

B é verdadeiro para todo C.

Portanto

A é verdadeiro para todo C.

Segundo Aristóteles, nem sempre o entimema aparece em seu modo completo e nem sempre aparece nessa forma padrão. Apesar disso, o entimema pressupõe um encadeamento lógico, uma ligação aceitável e, portanto, convincente entre os enunciados que o compõem. A prova através do exemplo, segundo Aristóteles, constitui um percurso diferente: trata-se de uma ocorrência peculiar, um fato qualquer, considerado numa perspectiva analítica e do qual se tiram conclusões generalizantes. Esse tipo de procedimento não se contrapõe ao anterior, mas tem um percurso distinto. Ao invés de partir de uma afirmação, considerada como aceita, parte-se de um fato ocorrido ou considerado como possível de ocorrer e tira-se dele a afirmação final. Similarmente ao entimema, a condição de seu êxito é de que a análise do fato particular seja pertinente. As fábulas morais, as parábolas evangélicas seguem esse percurso.

Quanto às provas subjetivas ou morais, não constituem provas propriamente ditas, mas sim valores espirituais considerados incontestáveis, em nome de que são pronunciadas as teses. Assim um enunciado tal como:

«Por um humanismo, por amor ao próximo é que o homem nunca será uma ilha.» (26)

é uma elaboração com provas subjetivas morais, na medida em que os valores invocados são consensualmente considerados desejáveis e irrefutáveis. Esse tipo de prova tem uma estrutura semelhante aos entimemas, mas simplesmente não visam a atuar no raciocínio, ou persuadir por ele, e sim apelar ao sentimento. Perelman, ao falar desse tipo de prova, assinala que seu lugar por excelência são os textos que visam à persuasão (a provocação de uma ação, tomada de posição). É o caso dos discursos políticos, religiosos, morais. Por outro lado, o lugar privilegiado para as provas lógicas seria o discurso dissertativo. Entende-se por esse tipo de discurso aquele que responde à necessidade de comprovação de uma tese geral, de natureza intelectual (Ver Huisman e Plazolles, 1965). Não se entenda no entanto que Perelman subordine esse tipo de discurso a uma lógica formal, a um raciocínio rigorosamente formalizável. Quando aquele autor afirma isso, ele está apontando para um tipo de procedimento (que chama de argumentativo) semelhante ao da demonstração, mas com a qual não se confunde. A demonstração constitui um tipo de raciocínio atemporal e encontra sua realização máxima na matemática, ao passo que a argumentação constitui uma forma de raciocínio, que se realiza pela língua natural. E por isso ela pode aparecer em qualquer texto pro-

duzido nesse tipo de língua. Se sua aparência lógica não exige um rigor matemático, não pode ela, no entanto, dispensar um mínimo de exatidão lógica, um mínimo de pertinência entre o tipo de prova e a tese que se intenta assumir. Isso pelo próprio efeito que se pretende obter no ouvinte.

1.5. Metodologia

Para a obtenção de resultados relevantes para a testagem da hipótese obedeceu-se às seguintes etapas:

- a. Fichamento de todas as ocorrências de provas, exceto em 3 redações cujos problemas foram analisados separadamente (v. 2.4.).
- b. Primeira classificação: separação entre provas lógicas e provas subjetivas ou morais.
- c. Segunda classificação: Os tipos de provas lógicas — o entimema e o exemplo.
- d. Terceira classificação: tipos de argumentos.
- e. Quarta classificação: tipos de valores morais.

Para melhor compreensão dessas etapas, expõe-se sumariamente o conteúdo de cada uma delas, a partir da primeira classificação.

1.5.1. Separação entre provas lógicas e provas subjetivas ou morais. Foi dupla a exigência para essa classificação:

1.5.1.1. que todos os enunciados lógicos fossem estruturados ou por uma forma entimêmica ou por uma forma de exemplo;

1.5.1.2. que o enunciado, contendo uma prova moral, tivesse como esfera de apelo um valor explicitamente moral, como o caso de «amor ao próximo», para citar uma ocorrência comum, ou um valor implicitamente moral como «diálogo», «convivência», para citar também valores bastante usuais.

Nessa primeira classificação, um problema residual teve de ser resolvido: o dos enunciados na forma do «dever» ou da «necessidade», que não chegam a constituir-se em prova, mas cujo valor persuasivo é inegável. É o caso do enunciado:

«Temos que ter nossa família uma sociedade para nos comunicarmos, aprendermos o que é bom, o que é ruim.» (47)

Efetivamente não se trata de um enunciado de tese, mas de um preceito que o locutor pretende fazer valer para todos, ou que pretende seja válido para todos. Considerando que, pela leitura das redações, se tratava de dados relativamente recorrentes, decidiu-se pela sua catalogação com vistas a uma vinculação desse tipo de enunciado com as provas subjetivas.

1.5.2. Os tipos de provas lógicas; o entimema e o exemplo. Para o estabelecimento dessa classificação utilizaram-se dois procedimentos:

1.5.2.1. estabelecimento da glosa silogística, que constitui um procedimento de simples aproximação de um enunciado a uma estrutura silogística. Isso significa que nem sempre é possível chegar a um silogismo puro. Por exemplo, se um enunciado da forma

«O homem, desde tempos remotos, sempre viveu em comunidade...» (8)

seria recuperado na forma do entimema:

- O que sempre foi, continua sendo.
- O homem sempre viveu em comunidade.
- O homem continua vivendo em comunidade;

1.5.2.2. estabelecimento da forma do exemplo. Sua detecção fez-se ou na forma simples do exemplo por citação:

«Sua dependência começa desde que é fecundado.

- Tudo que é feito não foi feito só por um homem...
 - ... primeiro precisam dominar o mais fraco.
 - ... um dia passará de dominante a dominado». (24)

ou na forma de exemplo por indução: trata-se de um caso mais raro nas redações estudadas. Na sua forma mais geral seria possível reduzir essa ocorrência pela ordem:

relato de um caso particular —> tese X.

1.5.3. Tipos de argumentos: o procedimento utilizado foi a própria glosa silogística, agora com a consideração do tipo de premissas utilizadas, mesmo as não explicitadas. A partir da estrutura entimêmica de provas consideradas lógicas levantaram-se os argumentos mais gerais.

1.5.4. Tipos de valores: trata-se de uma classificação tão somente prevista para as provas subjetivas, de onde seriam extraídos e classificados os valores morais invocados. No entanto verificou-se a necessidade de estender essa classificação para enunciados inicialmente classificados como lógicos.

2. ANÁLISE

2.1. Incidência das Provas Lógicas e das Provas Subjetivas

Como se afirmou anteriormente (1.5.1.), na separação entre provas lógicas e provas subjetivas, levaram-se em conta duas condições: a da necessária estrutura entimêmica para caracterização das provas lógicas, e a da ocorrência explícita ou implícita de valores morais para as provas subjetivas. A primeira classificação forneceu os resultados que constam da Tabela I.

TABELA I — PROVAS LÓGICAS E PROVAS SUBJETIVAS (A)

Tipos de Provas	Freq.	%
Provas Lógicas	176	88,9
Provas Subjetivas	22	11,1
TOTAL	198	100,0

Nas linhas que seguem são fornecidas ocorrências típicas das provas lógicas, seguidas da explicação de suas premissas:

«Desde os primórdios nenhum homem consegue viver isoladamente fora de seu grupo...» (2)

A premissa pode ser resumida na fórmula: «o que foi possível no passado continua sendo no presente». «Uma ilha é uma rocha sedimentar... não se locomove ao bel prazer pode estar só no mar ou no rio, poderá ou não dar vida aos vegetais, para que os animais possam viver; uma ilha não é capaz de gerar outra ilha, mas sim de transformar.

... Nenhum homem é uma ilha porque nenhum homem é capaz de isolar-se completamente de outros seres vivos, já uma ilha é capaz. Um par de homens de sexos distintos são capazes de reproduzirem, as ilhas por sua vez não são capazes de reproduzirem, mas sim de se decompor em outra ditas acima». (3)

A premissa nesse caso é a da «diferença»: duas coisas são diferentes entre si desde que tenham (por exemplo, como é o caso) características diferentes.

«Nunca poderíamos sobreviver sozinhos. Precisamos, falar, ouvir, discutir, enfim todo um tipo de relacionamento, mesmo que seja superficial». (6)

Nesse enunciado está quase explicitada a premissa relativa 'à satisfação de necessidades básicas' (no caso, a de sobrevivência).

Os exemplos mais evidentes de provas subjetivas são encontrados em enunciados do tipo:

«Hoje mais do que nunca ele [o homem] precisa de seus semelhantes para desenvolver o potencial de amor, fé e esperança que ainda lhe resta». (4)

Nesse caso, a tese se funda num princípio de finalidades traduzindo a própria premissa, que pode ser proposta num enunciado do tipo:

o desenvolvimento do potencial de amor, fé e esperança é essencial ao homem.

«...O Homem nunca será uma ilha sempre haverá aquele espírito de luta, a procura de novos caminhos, a procura da paz». (4)

Nesse enunciado a seqüência «sempre haverá aquele espírito de luta, a procura de novos caminhos, a

procura de paz», que cumpre aí um papel explicativo, contém a premissa que pode ser proposta num enunciado do tipo:

o espírito de luta, a procura de novos caminhos, a procura de paz são essenciais ao homem.

«Será o homem capaz de usar sua tecnologia, de seu raciocínio para conseguir viver em conjunto, reavendo o amor ao próximo, ou os mares continuarão a secarem formando bilhões de novas ilhas íntimas». (41).

Nesse enunciado «viver em conjunto», «amor ao próximo» formam os argumentos da proposição que comporia a premissa desse enunciado.

Em todos os três enunciados, basicamente tem-se como premissa uma proposição de tipo único:

x é essencial ao homem.

(x = nome de uma qualidade moral)

As qualidades morais, aí expressas por «amor», «fé», «esperança», «espírito de luta», «procura de novos caminhos», «procura de paz», «viver em conjunto», «amor ao próximo» (por ordem de citação), são aquilo que Ch. Perelman (1967) chama «noções confusas» e constituem valores não definidos, pressupostamente irrefutáveis, enquanto essenciais ao homem. Essas noções fundam um apelo moral e emocional. Segundo aquele mesmo autor, elas só são precisáveis contextualmente: «amor», «fé» e «esperança» são assim, por exemplo, precisáveis, numa discussão por uma explicitação daquilo que se entende (numa perspectiva parcial) de cada uma dessas noções: o que dá condições de debate ou de refutação. Na totalidade das ocorrências desse tipo de noção não se observa, no entanto, nenhum intento de precisar o sentido mais particular dessas noções. Isso torna irrefutáveis os textos, não por um encadeamento lógico, mas pelo fato de se sustentarem sobre valores irrefutáveis, assentando-se a posição dos locutores numa atitude nitidamente dogmática.

No entanto, note-se que esse mesmo tipo de noção não ocorre somente numa estrutura de «prova». Enunciados do tipo:

(o convívio) «É necessário que nós homens, seres superiores, racionais o formemos». (33)

«O homem... deve procurar adquirir conhecimentos e a transmitir através de realizações à ao desenvolvimento e a captação de outros indivíduos da mesma espécie...» (35)

que são relativamente abundantes nas redações estudadas, contém de modo explícito ou não esse tipo de noção. Trata-se de enunciados que manifestam atitudes típicas de discursos normativos, que determinam modos de ação moral, religiosa etc., e que são proferidos na modalidade do dever ou da necessidade. Dada a incidência bastante alta desse tipo de enunciado, tratou-se de catalogá-lo e de verificar o papel possível

dentro de cada argumento. Dessa catalogação suplementar teve-se o resultado que aparece na Tabela II.

TABELA II — PAPEIS DOS ENUNCIADOS NORMATIVOS

Papéis	Freq.
Premissa	45
Tese	14
Indeterminável	13
TOTAL	72

Esses resultados autorizam a passagem de 45 enunciados normativos para o quadro das provas subjetivas, segundo um raciocínio similar ao da sua detecção. Os enunciados em questão (33 e 35 citados acima) articulam as noções morais de forma dupla: uma mais imediata, numa atitude normativa, outra, incorporando o que é norma ou preceito moral, enquanto essencial para o homem. É a segunda forma de articulação que aproxima esse tipo de enunciado das provas morais. Observe-se por outro lado que, embora funcionando como substitutivos de uma tese dentro de uma estrutura silogística, fica bastante claro sua importância persuasiva pelo suporte emotivo.

Ao final dessa primeira classificação têm-se os resultados da Tabela III.

TABELA III — PROVAS LÓGICAS E PROVAS SUBJETIVAS (B)

Tipos	Freq.	%
Provas Lógicas	176	72,4
Provas Subjetivas	67	27,6
TOTAL	243	100,0

2.2. Incidência das Provas Lógicas: Tipos

As provas lógicas, registradas na catalogação precedente, passaram por uma nova classificação, desta feita no sentido de serem separados os entimemas dos exemplos. Seguindo os procedimentos apontados na metodologia, chegou-se aos resultados da Tabela IV.

TABELA IV — CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS LÓGICAS (A)

Tipos	Freq.
Exemplo	34
Entimemas	142
TOTAL	176

A análise das provas através do exemplo remete entretanto a um problema bastante relevante para a pesquisa. Das 34 ocorrências desse tipo de prova, 21 se subordinam ou se ligam diretamente a teses de caráter subjetivo, ou então a constatações, que relevam problemas ou assuntos morais. Atestam esse tipo de prova enunciados tais como:

«Nem que não queiramos admitir precisamos de uma pessoa ao nosso lado... Há pessoas que gostam de ser o centro de todas as atenções, adoram ser idolatradas, sentem-se superiores; mas ao contrário mostram o seu caráter fraco e mesquinho e digno de pena...» (7)

A necessidade de «uma pessoa ao nosso lado», ambígua isoladamente, funda nesse caso uma afirmação de natureza nitidamente moral, onde valores morais, como «compreensão» ou «convivência», ou «ajuda», se sintetizam na figura do «outro». O exemplo dessa necessidade é dado (ou nesse caso, supostamente dado) pelo enunciado subsequente «Há pessoas que...», onde a explicitação do dado é feita por um enquadramento moral. O caráter lógico, que poderia ter uma prova através do exemplo, cede lugar a um procedimento tautológico, onde a afirmação é moral e onde o exemplo não é um exemplo analisado, mas uma ocorrência já subordinada a um discurso de julgamento moral. Esse tipo de procedimento de forma mais ou menos flagrante é incidente, ocorrendo, como se disse, em 21 das 34 ocorrências de exemplo, detectadas nas redações. Essa constatação reduz o quadro de ocorrências de provas lógicas de 176 para 155 e os quadros precedentes devem ser referidos na forma das Tabelas V e VI.

TABELA V — PROVAS LÓGICAS E PROVAS SUBJETIVAS (C)

Tipos	Freq.	%
Provas Lógicas	155	63,8
Provas Subjetivas	88	36,2
TOTAL	243	100,0

TABELA VI — CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS LÓGICAS (B)

Tipos	Freq.	%
Exemplo	13	8,4
Entimema	142	91,6
TOTAL	155	100,0

A análise das ocorrências das provas lógicas por entimemas traz à luz alguns dados bastante revela-

dores. Alguns tipos básicos de premissas, como as que seguem, têm uma recorrência muito forte:

1. Satisfação das necessidades:

«é impossível viver assim por muito tempo porque como já disse o ser humano tem necessidade de conviver com os outros e sentir os problemas que o rodeiam». (46)

2. Comprovação pela história.

«desde os primórdios do mundo o homem vive em comunidade». (38)

3. O princípio da diferença:

«Uma ilha existe isolada e independente... O homem nasce involuntariamente dependente». (17)

4. A normalidade:

«Na vida normal, o homem procura sempre o contacto com os seus semelhantes». (16)

5. A essência humana:

«O homem não vive nem poderá viver isolado, pois o homem é um ser social». (9)

6. A determinação superior:

«E o homem foi feito. Feito com seus defeitos e ambições. Feito para continuar a sua espécie, para melhorá-la, para se evoluir.

Então depois disso, poderia o homem viver só?» (29)

Tabela VII aponta para um problema bastante significativo e que pode ajudar a elucidar a impressão de insuficiência que se teve, quando se tomou contato com esse material.

TABELA VII — CLASSIFICAÇÃO DE PREMISSAS (A)

Tipos	Freq.	%
Satisfação das Necessidades	42	29,6
Comprovação pela História	29	20,4
A Essência Humana	21	14,8
Princípio da Diferença	16	11,3
Normalidade	5	3,5
A Determinação Superior	3	2,1
Outros	26	18,3
TOTAL	142	100,0

Em «outros» estão incluídos argumentos menos gerais, servindo a raciocínios específicos no corpo da redação. Por uma questão de economia, esses argumentos não estão sendo tratados nessa pesquisa, salientando-se, no entanto, a incidência bastante forte das noções «solidão», «meios de comunicação», «progresso», nessas premissas. O que interessa ao presente trabalho é chamar a atenção para o uso das

premissas acima enumeradas. Se se entender (interpretando) que «normalidade» e «determinação superior» revertem para a premissa da «essência humana» poderíamos representar os dados na forma da Tabela VIII.

TABELA VIII — CLASSIFICAÇÃO DE PREMISSAS (B)

Tipos	Freq.	%
Satisfação das Necessidades	42	29,6
Comprovação pela História	29	20,4
Essência Humana	29	20,4
Princípio da Diferença	16	11,3
Outros	26	18,3
TOTAL	142	100,0

Note-se que em princípio essa incidência nada pode acusar de problemático: é possível argumentar-se aceitavelmente pelo uso de qualquer uma dessas premissas. No entanto, todos eles — e os exemplos que foram fornecidos anteriormente o atestam — encontram variação mínima, quer na sua forma verbal, quer na sua articulação com a tese. Os números são altamente reveladores: a variabilidade de 4 tipos de premissa para 57 sujeitos, enfrentando o mesmo tema, permite um diagnóstico bastante problemático no que toca ao desempenho reflexivo dos sujeitos. Não se trata apenas de ocorrências de lugares comuns, mas da assimilação de raciocínios prontos, o que, em última análise, significa uma ausência quase completa de uma reflexão pessoal. E tudo isso, aceitando-se com algum esforço certas articulações nem sempre transparentes.

2.3. As Premissas de Necessidade e os Valores Morais

Como se pôde notar na exposição das Tabelas VII e VIII, a premissa da necessidade ocupa um lugar privilegiado na preferência dos sujeitos. Sem dúvida ela referenda um raciocínio lógico, nos termos clássicos, e numa estrutura entimêmica ocupa sempre o lugar da premissa mais geral. Na análise mais cuidadosa do seu uso pressuposto ou do seu uso efetivo, é possível observar-se, na totalidade das redações analisadas, uma articulação entre essa premissa e uma de caráter mais restrito na seguinte ordem:

A satisfação das necessidades é inerente ao homem.

A comunicação é uma necessidade do homem.

A comunicação é inerente ao homem.

A estrutura desse tipo de raciocínio é a seguinte:

A satisfação das necessidades é inerente ao homem.

X é uma necessidade do homem.

X é inerente ao homem.

A questão toda está, portanto, na tarefa de equacionar os valores atribuídos a esse X. Um exame mais atento das provas revela que para as 42 incidências dessa premissa (implícitas ou explícitas) corresponde um total de 100 ocorrências de necessidades específicas. A disparidade se explica nesse caso pelo fato de elas terem sido às vezes enumeradas pelos sujeitos, dentro de um mesmo período, subordinando-se a uma mesma premissa mais ampla. Do contrário, entendendo-se que, para cada necessidade apontada para o homem, correspondesse uma premissa maior, o número de premissas da satisfação das necessidades seria exatamente 100. No entanto, para efeito de análise basta que se considere que, do total de necessidades apontadas como argumentos de premissas mais específicas, 71 são de natureza moral e 29 de natureza objetiva, o que remete a uma reconsideração na distribuição das provas lógicas e das provas morais. Para essa tarefa não se levaram em conta as enumerações, mas sim, a média entre o número de ocorrências de necessidades morais e necessidades objetivas e o total das ocorrências das premissas de satisfação das necessidades. Assim, das 42 incidências de premissas desse tipo tem-se a distribuição apresentada na Tabela IX.

TABELA IX — CLASSIFICAÇÃO DAS “NECESSIDADES”

Tipos	Freq.	%
Objetivas	12	29,0
Morais	30	71,0
TOTAL	42	100,0

Essa redistribuição leva à reformulação das Tabelas V e VI conforme se vê nas Tabelas X e XI, respectivamente:

TABELA X — PROVAS LÓGICAS E PROVAS SUBJETIVAS (D)

Tipos	Freq.	%
Provas Lógicas	125	51,4
Provas Subjetivas	118	48,6
TOTAL	243	100,0

TABELA XI — CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS LÓGICAS (C)

Tipos	Freq.	%
Exemplo	13	10,4
Entimema	112	89,6
TOTAL	125	100,0

2.4. Argumentação Opaca

Embora não se possa afirmar que as redações analisadas — 57 de um lote de 60 — realizem todas elas seqüências perfeitas do ponto de vista da argumentação, é possível chegar-se, em seu conjunto, a uma hipótese do que o aluno pretendeu escrever. No entanto 3 dessas redações apresentam problemas sérios para a compreensão. O raciocínio é confuso e dificilmente se poderia recuperar uma linha aceitável de argumentação e muito menos o tipo de prova aí manipulado. A opacidade do texto parece se explicar por uma superposição de premissas. A título de ilustração citam-se os seguintes enunciados:

«Nenhum homem é uma ilha

O autor desse pensamento deve ser uma pessoa que durante muito tempo, viveu cercado sempre pelas mesmas coisas.

Se ele viveu cercado por coisas boas, algum dia deve ter sentido rodeado por coisas ruins desagradáveis, ou também pode ter vivido só em contacto com as coisas ruins, imaginando que sua vida sempre seria aquela ilha...» (1)

«e algum dia descobriu as coisas boas do mundo e foi aí que percebeu que ninguém nem o ser humano pode ser considerado como uma ilha por que nunca será rodeado sempre pelas mesmas coisas». (1)

«Ilha: um ponto isolado de tudo.

Uma minúscula pinta, no Imenso Oceano.

Cercada por muitos, mas não afetada.

Homem, máquina obsoleta, e incompleta». (23)

«Dizer que uma pessoa está ilhada é o mesmo que dizer que ela está presa.

Por mais que uma ilha se desenvolva ela chegará a um limite, tanto pessoa, como material.

O homem seria um mar infinito que cercaria esta ilha, mar este, o mar da sabedoria». (12)

Trata-se, sem dúvida, de casos radicais que justificariam uma análise mais minuciosa. No entanto, dada a incidência relativamente fraca desses casos, foram eles classificados como casos marginais e dificilmente serviriam aos intentos desta pesquisa. Registrá-los, no entanto, pode ser do interesse de quem pretenda ter uma imagem mais aproximada do material. Da mesma forma deveriam ser registrados casos «acima da média» também como marginais. No entanto nenhuma redação sobre 60 demonstrou esse

desempenho que, embora desejável, seria encarado como caso excepcional.

3. CONCLUSÃO

3.1. Da análise dos dados releva uma primeira conclusão de caráter geral e que pode orientar futuras pesquisas no domínio da argumentação. Refere-se ela às dimensões pelas quais se podem equacionar os problemas nesse domínio.

3.1.1. Na dimensão de cada sujeito situam-se casos de encadeamento interno do texto e estão aí incluídos problemas ligados à sintaxe do período, às relações entre períodos e entre parágrafos.

3.1.2. Na dimensão de um conjunto de sujeitos, situam-se, pela própria incidência, certas convergências que não podem ser detectadas individualmente. Esse plano é revelador de uma tendência de usos e foi nele que incidiu a pesquisa.

3.2. Duas outras conclusões de natureza mais específica decorrem diretamente das provas da argumentação e referem-se aos dois problemas mais evidentes da análise.

3.2.1. O problema do «raciocínio feito», que se liga diretamente à simples fixação de modos de abordagem de um tema e à conseqüente «imobilidade» no plano da reflexão. É importante repetir que, mesmo que não se pretenda que os alunos neguem as premissas ditas irrefutáveis, a adoção de certas estratégias, no sentido de que consigam extrapolar o plano de premissas óbvias, parece ser condição inicial para a ativação, não só de outras premissas, mas para o questionamento do senso comum, em benefício de uma reflexão. Mesmo que esta não chegue a ser original, que seja ao menos crítica e incorpore experiência pessoal. Sob esse aspecto é importante observar ainda que o exercício de redação é mais que um adestramento: é o favorecimento de uma atitude no sujeito, atitude essa que não se reduz à sintaxe gramaticalmente correta, mas que envolve necessariamente o debate, a crítica, a informação, a leitura.

3.2.2. O problema das noções morais. Trata-se de um problema que envolve pelo menos dois tipos de discussão: o primeiro se liga diretamente ao do «raciocínio feito». Salvo raras exceções, todo o emprego das noções morais, bem como o próprio léxico das necessidades «objetivas» podem ser considerados como excessivamente usual. O segundo problema — o que interessa neste momento — é o da pertinência desse tipo de noções numa dissertação. Mesmo que não seja possível eliminá-las ou empregar apenas noções definidas objetivamente, é importante salientar que a incidência desse tipo de noções, de maneira

tão flagrante, revela uma espécie de escape dos sujeitos em relação à tarefa que lhes é atribuída: não só se incorporam raciocínios já dados, como se adota uma atitude que bloqueia a possibilidade do raciocínio. A invocação de valores morais tem seu lugar

privilegiado em discursos outros que não o dissertativo. Mesmo que não pense em neutralizar esses outros tipos, é importante considerar que a atitude dissertativa, portanto reflexiva, deve ser ativada tanto quanto os outros discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES 1967. *Rhétorique*, Livros I e II (trad. de M. Dufour). Paris, Les Belles Lettres.

HUISMAN, D. e PLAZOLLES, L.R. 1965. *L'Art de la Dissertation Littéraire*. Paris, SEDES.

PÊCHEUX, M. 1969. *Analyse Automatique du Discours*. Paris, Dunod.

PERELMAN, Ch. 1970. *Une Théorie Philosophique de L'Ar-*

gumentation Le Champ de L'Argumentation, Bruxelas, P.U.B.

PERELMAN, Ch. 1970. *Les Notions et L'Argumentation*. Idem, ibdem.

PERELMAN, Ch. e OLBRECHTS, Tyteca. 1970. *Traité de L'Argumentation. La Nouvelle Rhétorique* (2ª ed.). Bruxelas, P.U.B.

[Recebido para publicação em setembro de 1977]